

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

---

# TOMO 5 DIFUSIÓN DE LOS ARCHIVOS Y COOPERACIÓN INTERNACIONAL



RED de ARCHIVEROS  
graduados de Córdoba

# XII Congreso de Archivología del Mercosur

---

*"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"*

Sofia Y. Brunero  
Mariela A. Contreras  
Florencia Moyano  
Juan Thomas  
**Compiladores**



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.  
CDD 027

**Fecha de catalogación:** octubre 2017

**Compiladores:** Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

**Diseño de portada:** Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: [editorial.ragcba@gmail.com](mailto:editorial.ragcba@gmail.com)

Página web: [redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com](http://redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com)



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

**Eje Temático**  
**Difusión de los Archivos y Cooperación internacional**

Coordinador: Ramón Alberch i Fugueras (España)

Relator: Román Lescano (Argentina)

Marcelo A. Chaves (Brasil)

*Difusão nos arquivos: difundir o quê.*----- pág. 5

Francisco Sávio Da Silva, Marcílio Herculano da Costa, Jefferson Fernandes Dantas, Rosilene Agapito da Silva Llarena (Brasil):

*Produtos e serviços informacionais: análise das páginas web dos Arquivos*

*Nacionais dos países efetivos do MERCOSUL.*----- pág. 21

Víctor Barranco, Eliseo Gabriel Queijo (Uruguay):

*La vigencia de los aportes archivísticos del profesor Aurelio Tanodi*

*a la Archivología Uruguaya.*----- pág. 36

Tito Gustavo Villanueva, Verónica Lencinas (Argentina):

*Joyas del cielo austral: fotografías de galaxias del Dr. José Luis Sersic.*----- pág. 51

Lidia B. Duarte, Elizabeth Duarte (Paraguay):

*Tesoros del patrimonio documental de Paraguay: el caso de los Archivos.*----- pág. 65

Suellen Alves de Melo, Yara Maria dos Santos Andrade (Brasil):

*Análise de sites de arquivos nacionais: um panorama dos países*

*participantes do congresso de arquivologia do MERCOSUL.*----- pág. 78

Viviana Civitillo, Esteban Chiaradia (Paraguay):

*Paraguay en “Filo”. Hacia la construcción de una bibliografía y de*

*un catálogo de referencia.*----- pág. 93

Bianca da Costa Maia Lopes, Eliezer Pires da Silva (Brasil):

*Contributos da User Experience para a difusão de acervos arquivísticos:*

*uma análise da base de dados SIAN.*----- pág. 109

Cristiano Cavalheiro Lutz, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil):

*Descrição e difusão no acervo de plantas de arquitetura e engenharia*

*das fortalezas do século XVIII na ilha de Florianópolis.*----- pág. 124

Luz María Jiménez Molotla (México):

*La difusión de los acervos documentales de la Universidad Nacional*

*Autónoma de México.*----- pág. 133

Víctor David Vera (Colombia):

*El poder de las alianzas. Archivos visibles y la cooperación internacional*

*como apuesta para la consolidación de la paz en Colombia.*----- pág. 139

Renato Crivelli, M. Leandra Bizello (Brasil): <i>Formação da memória social: o papel das instituições arquivísticas brasileiras.</i> -----	pág. 142
Isabelle da Rocha Brandão Castellini, João Marcus Figueiredo Assis (Brasil): <i>Arquivos na justiça do trabalho. Perspectivas a partir do encontro nacional da memória da justiça do trabalho.</i> -----	pág. 157
José I. Fernández Pérez (Chile): <i>Destrucción de patrimonio documental: los documentos sobrevivientes del Archivo del Ministerio del Interior al bombardeo del Palacio de La Moneda (11 de septiembre 1973).</i> -----	pág. 171
Caroline Buiz Cobas Costas (Brasil): <i>Preservar a Memória dos Negros em Ambientes Digitais.</i> -----	pág. 181

## *Difusão nos arquivos: difundir o quê*

Marcelo Antônio Chaves<sup>1</sup>

### **Resumo**

O tema da difusão nos arquivos tem pouca expressão na produção teórica da área. Nada de surpreendente se pensarmos que poucos arquivos possuem condições materiais e pessoal especializado para sustentar atividades estruturadas de difusão e comunicação. Os arquivos se assentam no tripé de atividades essenciais de gestão, preservação e acesso. A difusão é atividade secundária, mas de muita importância aos arquivos.

Ainda assim, muito do que se produz em termos de difusão nos arquivos reflete concepções pouco ancoradas nos conceitos básicos que norteiam a prática nas instituições.

O artigo propõe reflexão crítica sobre determinadas práticas de difusão em arquivos que adotam sedutores discursos com o intuito de atração de público, em detrimento dos conhecimentos produzidos nessas instituições arquivísticas. Propõe caminhos para tornar a comunicação dos arquivos mais aderente ao perfil institucional e aos saberes produzidos nos arquivos públicos.

**Palavras-Chave:** Difusão em arquivos – Arquivos – Arquivologia –

### **Arquivo? De qual arquivo falamos?**

Os organismos nacionais e internacionais criados para buscarem formas de padronizações no universo vocabular da área e para procedimentos de tratamentos técnicos em arquivos, encontram muitas dificuldades para alcançar consensos. Imagine-se os percalços para quem se propuser a buscar diretrizes comuns para uma atividade tão aberta e eclética como a de difusão.

Archivos son conjuntos orgânicos de documentos producidos/recibidos/acumulados por un órgano público, una organización privada o una persona, en el curso de sus actividades, no importando su soporte y que, pasada su utilización vinculada a las razones por las cuales fueron creados, pueden ser preservados por su valor informativo, para fines de investigación científica o testimonio sócio-cultural. (Bellotto, 2015)

Mesmo contornando a polissemia implícita no conceito de arquivo, definições com essa de Heloísa Bellotto são capazes de generalizar e de representar as atividades típicas de qualquer arquivo.

---

<sup>1</sup> Diretor do serviço de difusão e apoio à pesquisa do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo-Brasil. E-mail: teochaves@gmail.com

Entretanto, a partir desse núcleo conceitual de fundamento, as dificuldades em busca de unidade tendem a se agravar. A começar pelas variedades desse fenômeno chamado *arquivo*.

São inúmeras as modalidades de instituições arquivísticas: há instituições não governamentais especializadas em arquivos pessoais, algumas delas de um único produtor/acumulador; arquivos de empresas privadas e públicas; arquivos dos mais variados escopos temáticos (movimentos sociais, eclesiásticos, de partidos etc.) e arquivos públicos devidamente regulamentados ou não.

No âmbito dos arquivos públicos, existem, no caso brasileiro, uma diversidade de tipologias de arquivos e centros de documentação em universidades públicas; funções arquivísticas fragmentadas em instituições dos poderes executivo, legislativo e judiciário; arquivos denominados “históricos” que não assumem responsabilidade de promover o que se conhece como gestão documental e outros que partilham obrigações de gestão documental e atuam de forma sistêmica.<sup>2</sup>

Os arquivos apresentam, também, dimensões estruturais, administrativas e de recursos bastantes diversas. O grau de autonomia de gestão político administrativa entre elas varia muito: pensemos no alcance de um arquivo que é um setor administrativo de uma câmara municipal e de um arquivo que é unidade administrativa que se situa a um grau abaixo do nível de secretaria de Estado.

Além de todas essas distinções destaque, ainda, um aspecto: os estágios de organização de um arquivo. No caso paulista, tive oportunidade de diagnosticar arquivos municipais com os mais variados estágios de organização de seus documentos, desde aqueles que não possuem estruturas arquivísticas regulamentadas, com depósitos de massas documentais disformes sem qualquer tratamento arquivístico; aqueles que possuem galpões com razoável organização de processos administrativos,<sup>3</sup> mas sem gestão documental eficiente; aqueles que possuem vistosos arquivos históricos, mas em contexto de ausência de política de gestão documental e também os raríssimos casos de instituições regulamentadas com depósitos de documentos muito organizados, que realizam razoável gestão documental e arquivos permanentes razoavelmente tratado sob princípios arquivísticos.

---

<sup>2</sup> Faço uso da definição constante no artigo 8º do decreto nº Decreto nº 48.897, de 27 de agosto de 2004, do Estado de São Paulo: *Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento e reprodução, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos.*

<sup>3</sup> Conhecidos como *expedientes* (espanhol) ou *dossier* (francês).

A título de provocação, convido o leitor a comparar esse multifacetado panorama de exemplares arquivísticos de uma região brasileira com um caso específico de arquivo de um país que tem secular tradição de organização de arquivo, que se situa em ambiente teórico-intelectual disseminador do pensamento arquivístico em escala internacional, que há muito superou o que chamarei aqui de pré-história de organização arquivística e usufrui o privilégio de possuir o grosso de sua documentação devidamente organizado, descrito e preservado.



**Ambas imagens se referem a depósitos de instituições denominadas de Arquivo**

Pois bem, diante desse mosaico de realidades tão díspares, como propor um debate sobre *difusão em arquivos* de forma abstrata? Quais elementos podem ser levantados para se pensar num campo prático e conceitual comum para implantação de instância de difusão possível às mais variadas modalidades de arquivo?

O autor deste artigo fala a partir da realidade de um Arquivo que é órgão central do sistema de arquivos em nível estadual; é coordenador da implementação da legislação de acesso à informação do estado; mantém e preserva fabuloso acervo nos seus arquivos intermediário e permanente; conta com um prédio grande e bem equipado para os padrões brasileiros; possui equipe e estrutura administrativa que abriga serviço de difusão. O Arquivo é referência nacional na política de gestão documental e na disseminação do conhecimento arquivístico, amparado em densa legislação garantidora de suas atividades, porém, não obstante os enormes avanços, ainda não usufrui do prestígio e penetração necessários perante a administração pública. Além disso, tem um passivo de documentos de guarda permanente sem tratamento arquivístico adequado.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Desde 2014, a gestão do acervo de guarda permanente, após longos anos, retomou a política de tratamento documental baseado nos princípios arquivísticos, voltou a produzir inventários, está em vias de publicar novo guia do acervo e adotou o ICA-ATOM, software aberto de descrição arquivística.

## Em busca de um conceito

Difusão aparenta ser um conceito vulgar, pois quando buscamos definições e sentidos, parece não haver opções senão o sentido genérico e óbvio que não dá muita margem a tergiversações. O termo parece dar conta do que se quer dizer, sem muito esforço. Os dicionários especializados refletem isto. O *Dicionário de Terminologia Arquivística* sob coordenação de Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Bellotto (2005) pula de “diazó” para “digitalização” sem propor verbete sobre difusão.

Na obra quase homônima do Arquivo Nacional (DBTA, 2005), o termo *difusão* aparece acidentalmente na definição de *disseminação*. Por outro lado, a definição parece se revelar no verbete *divulgação*, cujo significado ali aparece nesses termos: “Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”.

Na obra assinada por Cunha & Cavalcanti (2008), o verbete *difusão* lá aparece prometido com variadas definições, mas que, ao cabo, nos frustra com sentidos pouco agregadores. Ainda assim, destaca-se essa vaga definição: “Comunicação que pode ser recebida por todos os nós de uma rede”.

Já alguns teóricos das chamadas Ciências da Informação chamam a atenção para o conceito de *mediação cultural*, “tais como a produção audiovisual, efeméride histórica, recital, mesa-redonda, mostra de arte, oficina e concerto”, distinguindo-o do conceito de *difusão* “cujo objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços, tais como publicação de instrumentos de pesquisa online, serviço de referência, atendimento por e-mail e serviço reprográfico” (Aldabalde & Rodrigues, 2015).

Ainda nessa variante da Ciência da Informação, apoiados no propalado paradigma da “pós custódia”, há autores que enxergam a difusão nos marcos das políticas de promoção do acesso à informação, estudo de usuários, estratégias de marketing, estudo de competências informacionais do público e ao papel do arquivista (mediador), em detrimento de abordagem nas formas e produtos culturais (Rockembach, 2015).

Interessante notar que a noção de *difusão* com muita frequência aparece vinculada à vaga expressão de *atividades culturais*. Nas traduções do verbete do citado DBTA, esse vínculo aparece em algumas línguas. Na língua espanhola a definição “evoluiu” de *programa de actividades culturales* para *difusión*. No idioma francês a sequência de variação foi de *programme de vulgarisation* para *activités culturelles* e definida por *action culturelle*; já a língua italiana opta por *programma promozionale o di diffusione*.

## Difusão e difusão em arquivos

Os arquivos se assentam no tripé de atividades essenciais de **gestão, preservação e acesso**. Ainda que muito importante, difusão é atividade **secundária** nos arquivos, conforme corretamente deduz Heloísa Bellotto (2007).<sup>5</sup> Ou seja, para desempenhar suas atividades finalísticas com eficiência e atender bem aos cidadãos, um arquivo não necessita possuir um setor de difusão estruturado.

Além do mais, **sem política de gestão e tratamento documental** as ações de difusão se tornam anacrônicas, inúteis e **destituídas de sentido**, ainda que se mantenha uma aparência de movimento na instituição.

Se o conceito de difusão parece um tanto difuso, é preciso apontar as especificidades daquilo que se definiria como *difusão em arquivos*. Sim, porque partimos do pressuposto de que os arquivos são instituições muito distintas dos museus e bibliotecas, para ficarmos nesse exemplo das disciplinas chamadas de “três irmãs”.

O museu, por exemplo, sobrevive das atividades de difusão. Sem esta, a instituição estaria condenada à sucumbência. As instituições de arquivo possuem função e finalidade distintas, pois são resultantes “naturais” das atividades de pessoas físicas ou jurídicas. Só esse traço basta para avaliarmos o significado da difusão para uma e outra instituição.

Museu se enquadra perfeitamente no que se concebe ser essencialmente um equipamento de cultura. Por exemplo, não há discussão sobre onde vincular um museu público numa estrutura administrativa de Estado. O mesmo não ocorre com essa instituição aparentemente híbrida como é o Arquivo. Este é, antes de tudo, equipamento de gestão, guarda e preservação de documentos, de prova de direitos ou testemunho de fatos, de apoio à administração e também equipamento-meio importante para produção de histórias e memórias.

Difusão se circunscreve em um campo de práticas muito amplo onde se compartilha atividades tão difusas quanto ineficazes, a depender do uso que se faz disso: propaganda, educação, *marketing*, cultura, eventos, show, espetáculo, imagens, plateias e coisas do gênero. Ou seja, a possibilidade de sedução por essas ondas e conseqüente **descolamento da realidade do “chão” dos arquivos** não é nada desprezível.

Coloco-me em posição crítica àqueles que defendem a atração de públicos aos arquivos, mas negligenciam as funções precípuas destes. Ou que, ao atraírem público por meio de atividades culturais deixam de propor aos visitantes o diálogo com base nos conhecimentos e no universo

---

<sup>5</sup> Considero um equívoco o alinhamento da difusão entre as essencialidades dos arquivos, conforme sustentam, Rockembach (2015), Barbosa & Silva (2012) entre outros.

vocabular típico da área dos arquivos. Muitas instituições apostam no potencial de produção de discurso historiográfico a partir do valor secundário dos documentos em detrimento da exposição do saber-fazer típico dos arquivos. A essas situações, costumo chamar de difusão de baixa intensidade.

### **Difusão de quê?**

A difusão de arquivo tem como princípio incontornável divulgar, ou disseminar: a **instituição** em toda sua complexidade; todos os **trabalhos técnicos** voltados para as suas atividades finalísticas; os **conhecimentos produzidos** que requerem disseminação; e o **acervo** sob sua custódia.

### **Da instituição**

Tornar a instituição conhecida pelo grande público é uma tarefa de difusão mais pertinente à área de **comunicação**. Não obstante se utilizar de linguagem jornalística, esta deve dialogar finamente com o universo vocabular da área e demonstrar intimidade com os saberes produzidos pelas áreas técnicas do Arquivo. A comunicação é uma dimensão da difusão e não pode se descolar dos ambientes que desenvolvem as atividades finalísticas do Arquivo.

### **Dos trabalhos técnicos**

Quantas pessoas sabem distinguir as funções de um arquivo? Quantos têm noção da complexidade em se elaborar uma tabela de temporalidade, um quadro de arranjo, ou de se fazer uma descrição arquivística, de definir tipologias documentais, realizar leitura e transcrição paleográfica, restauro e conservação (preventiva e corretiva) de documentos em suportes de papel, magnético, ótico, eletrônico etc.; gestão de documentos, critérios de classificação, ordenamento, seleção, amostragem aplicada, avaliação documental, técnicas de acondicionamento e de guarda de informações/documentos; logística típica de arquivos; legislação referente a gestão, acesso, preservação, técnicas e lógicas de recuperação da informação.

Pois bem, por detrás dos pormenores de cada uma dessas atividades, há pessoas capacitadas utilizando recursos intelectuais e manuais típicos da área dos arquivos. Eis o tamanho da responsabilidade da difusão de um arquivo: expor aos mais variados públicos essa riqueza singular e típica dos arquivos, que é absolutamente desconhecida. Esses saberes que são próprios e exclusivos dos que se dedicam às áreas técnicas do arquivo precisam aparecer nas variadas modalidades dos produtos e eventos de difusão: publicações, exposições, palestras e seminários, peças de comunicação (sítios eletrônicos, matérias jornalísticas etc.), visitas monitoradas.

## **Do conhecimento arquivístico**

Os arquivos são instâncias singulares e estratégicas nas administrações públicas e na sociedade em geral. Há um conjunto de saberes específicos produzidos por e a partir das áreas técnicas que atuam nos arquivos. Saberes que se conformam numa área específica de Ciência Aplicada. Não obstante haver instituições acadêmicas (poucas, no Brasil) que produzem conhecimentos no que se convencionou chamar de ciência da informação, os arquivos são instâncias administrativas que, ao absorverem conceitos teórica e historicamente acumulados e fazerem a mediação concreta nas suas respectivas áreas de atuação, acabam por criar e produzir novos conhecimentos.

Os conhecimentos produzidos em um arquivo têm uma dimensão instrumental e pragmática, portanto, aplicados. Por exemplo: a administração pública é um complexo de múltiplas atividades, todas elas produtoras de documentos. O gerenciamento do gigantesco fluxo de informações/documentos, nas suas diversas fases (corrente, intermediária e permanente) é tarefa para a qual essas administrações não estão preparadas. Ou seja, há uma necessidade premente e permanente de desenvolvimento e aplicação cotidiana de saberes que são típicos dos especialistas em documentos e arquivos.

Desse quadro decorre que os arquivos estruturados e organizados são tensionados permanentemente a disseminarem esses conhecimentos teóricos e aplicados a uma massa de funcionários, em primeiro lugar, mas também de pesquisadores e cidadãos em geral que necessitam manipular a informação pública. Por este motivo, os grandes arquivos geram quase que espontaneamente (muitas vezes, informalmente), instâncias de treinamento, capacitação e formação baseados na disseminação de conhecimentos relativos ao saber arquivístico.

Por isso, os responsáveis pelas instâncias de difusão requerem o desenvolvimento de complexas habilidades na área de comunicação e de educação.

## **Do acervo**

A melhor e mais eficiente prática de difusão do acervo é o desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa (catálogos, guias e inventários). Quanto mais desenvolvidos e minuciosos esses instrumentos, mas amplo será o público usuário dos arquivos. Quanto menos complexos esses instrumentos, aumenta-se a dependência (arriscada) a funcionários com conhecimentos técnico e empírico que deverão auxiliar as demandas dos pesquisadores.

O desenvolvimento desses instrumentos, no entanto, depende muito pouco das áreas de difusão. Estas são responsáveis pela parte informativa e de comunicação dessas publicações (exposição didática da própria ferramenta e também dos serviços prestados pelo arquivo), mas podem, a partir

da organização vertical das informações classificatórias dos instrumentos de pesquisa, produzir versões horizontalizadas das informações contidas em guias, catálogos e inventários, como, por exemplo, publicações temáticas.

Mas é preciso se pensar no conceito de acervo no seu sentido arquivístico amplo. O acervo de um arquivo com característica sistêmica é sempre um acervo “em fluxo”.

No arquivo não existe reserva técnica e o conceito de patrimônio precisa ser relativizado e adaptado às especificidades da área.

### **Por que difundir?**

Como se afirmou, essa pergunta parece ser absolutamente dispensável ou estranha para um museu, mas não para um arquivo. Difusão pode não ser vital para um arquivo, mas as circunstâncias em que essas instituições se encontram no Brasil e no mundo impõem a necessidade de buscar o apoio social.

Os arquivos são instituições essenciais, estratégicas e imprescindíveis para a administração e para a sociedade em geral, no entanto, eles não são assim vistos e tratados socialmente. Em geral, as administrações públicas são negligentes (para dizer o mínimo) com os arquivos e, para a sociedade em geral, são instituições desconhecidas. Mesmo os maiores usuários dos arquivos desconhecem as suas funções e singularidades.

Dessa motivação maior que torna o serviço de difusão importante nas instituições de arquivo derivam outras a seguir arroladas.

- a) Os arquivos precisam constantemente conquistar e/ou recuperar o **prestígio institucional** dentro da administração pública. Sem ele perde-se força, visibilidade e fica-se sempre à mercê do gestor de plantão (invariavelmente ignorante da causa dos arquivos). Em decorrência, os arquivos ficam vulneráveis, sem qualquer estabilidade política e financeira. Ainda que um eficiente trabalho cotidiano de gestão documental aparente ser um dos aspectos que torna o Arquivo imprescindível à administração, ações de difusão (eventos etc.) para sensibilização permanente para esse público se fazem necessárias. Os gestores também precisam ser alertados para a importância crucial dos documentos em sua fase permanente.
- b) Aos arquivos cabe a obrigação de **proporcionar o acesso à documentação pública** preconizado por lei. Sem arquivos organizado o acesso não ultrapassa a condição de ficção. Nesse sentido, a obrigação da promoção da transparência ativa e a elaboração de instrumentos de pesquisa e de consulta eficientes impõem aos arquivos essa tendência forçada de uma permanente política de difusão.



- c) Os arquivos são também **celeiros de cultura**. Os arquivos permanentes possuem uma aura atraente para aqueles que lidam com o passado, com as memórias e com o conceito de patrimônio, por disporem de informações singulares e caras à produção da história e da memória em seu sentido amplo. Porém, o grosso da população, e até mesmo parcela significativa de especialistas das universidades não conhecem os arquivos. Nesse sentido, a difusão dos arquivos para esse público se torna essencial.
- d) Difusão é necessária para comunicação com o usuário do arquivo. **Comunicação é uma dimensão da difusão nos arquivos**. As páginas eletrônicas institucionais, as redes sociais e as peças de divulgação em geral são, essencialmente, atividades de difusão e, portanto, devem se subordinar à política traçada pela difusão, que, por sua vez deverá estar atrelada à missão institucional e às áreas técnicas. A interação emissão/recepção é fundamental para o aperfeiçoamento institucional. Ali circulam sugestões e críticas que ajudam a desenhar o perfil dos usuários dos arquivos.
- e) Por fim e em resumo, a difusão dos arquivos se investem da tarefa de **despertar o interesse social** para as suas instituições.

### Para quem difundir

Os arquivos são instituições híbridas que atraem públicos com interesses bem pragmáticos (gestão, prova de ações/atividades diversas); com interesses científicos e de construção do conhecimento (pesquisadores das mais variadas do saber); e interesses por usufruto de bens culturais (principalmente de objetos estimulantes de memórias). Dar conta dessa diversidade não é tarefa simples.

Quais são os potenciais usuários dos arquivos públicos? Ou seja, quais os **alvos** da comunicação/difusão/disseminação/divulgação dos arquivos públicos? A resposta a essa questão é crucial para se traçar com eficiência uma política de difusão integral nos arquivos.

Os arquivos são instituições a serviço da **administração pública** e esta quase nunca aparece quando o assunto é difusão, pois costuma-se destacar apenas o perfil cultural-escolar-acadêmico dos usuários dos arquivos.

Ora, mas se concordarmos que uma das tarefas inadiáveis dos arquivos é justamente a sensibilização dos gestores públicos, então, temos que adotar nas estratégias de difusão tudo o que possibilite atingir esse alvo. É por esse motivo que, além das atividades cotidianas de orientação técnica aos órgãos do sistema de arquivos, frequentes eventos de difusão para sensibilização de gestores públicos são realizados. Quando os arquivos são realidades inquestionáveis e se colocam como instituições

imprescindíveis para a administração, claro, não tem sentido envidar esforços e recursos para difusão para esse público.

Os usuários “naturais” dos arquivos são os **cidadãos** que a eles recorrem em busca de acesso a informação e de documentos para fins de provas para garantias de benefícios e direitos. Pedido de acesso a informação, documentação produzida pela polícia política durante a ditadura civil militar, pedidos de certidões de terra e imigração são exemplos de um público que parece invisível para os promotores da difusão, não obstante formarem público muito maior que o de pesquisadores acadêmicos, por exemplo. Quantos cidadãos conhecem os arquivos e suas funções? Há ou não que se delinear política de difusão para esse público efetivo e potencial?

**Pesquisadores**, com fins acadêmicos ou não, são, sem dúvidas, um público efetivo e potencial a ser trabalhado. A elaboração de bons instrumentos de pesquisa é a ferramenta primordial para atrair e atender a esse público especial, mas isto está fora do alcance do setor de difusão. De qualquer forma, é óbvio que esse grupo tem que constar como prioridade na política de difusão elaborando-se estratégias para atingi-lo.

**Professores universitários e da rede escolar** também formam público que constará entre as prioridades da difusão. Por meio deles, nos seus respectivos espaços de trabalho, chegaremos ao grande universo dos alunos. Porém, é preciso que se diga que o trabalho a ser desenvolvido para esse e os demais públicos sempre será focado nas ferramentas arquivísticas e suas potencialidades para o aprimoramento das pesquisas.

As **instituições congêneres e/ou parceiras** também precisam estar no foco da nossa difusão, pois o envolvimento delas nas nossas atividades produz frutos imediatos e fortalecem os laços para as essenciais ações em rede.

Por fim, a difusão deverá estimular ao máximo a aproximação e desenvolver programas e produtos para atrair o que aqui chamaremos de **público espontâneo**.

### **Como difundir**

Múltiplas são as possibilidades e modalidades de difusão nos arquivos: exposições físicas e virtuais, fixas, itinerantes, pequenas e grandes; publicações impressas e eletrônicas; eventos diversos (palestras, seminários, conferências, congressos); vistas monitoradas; oficinas e cursos.

Entretanto, sob quaisquer dessas modalidades, há que atentar para os objetos-fins da difusão: a instituição, os trabalhos técnicos desenvolvidos, o acervo no seu sentido amplo e os conhecimentos

da área arquivística. A roupagem discursiva e estética, normalmente ancorada no discurso histórico, não pode ofuscar essa essencialidade.<sup>6</sup>

Difundir acervo arquivístico implica preservação dos princípios que regem os conhecimentos acumulados na área. Difusão de documentos sem contexto não é difusão de arquivo. Percebe-se muitas práticas autointituladas de “pedagógicas” que são boas na divulgação de discursos historiográficos, mas que negligenciam ou deseducam sobre os arquivos.<sup>7</sup>

### **Elementos para construção de critérios para elaboração de um serviço de difusão**

A experiência à frente de um setor dinâmico de difusão no Arquivo Público do Estado de São Paulo levou-me a conceber algumas diretrizes que podem ajudar na formulação de um programa de difusão em arquivos.

#### Difusão com aderência ao perfil institucional e identidade de arquivo

Um arquivo tem funções singulares e papel social bem definido, ainda que isso não se transpareça na prática. A primeira premissa é a de que o serviço de difusão deverá observar rigorosamente a missão institucional. **É essa instituição, na sua complexidade, o objeto da difusão.** Disso decorre que, é pressuposto se **conhecer detalhadamente a instituição** para que se possa difundir-la adequadamente.

#### De dentro para fora, preferencialmente

A política a ser traçada para a difusão do Arquivo deve se pautar pela **identidade de arquivo** e pela **postura ativa** em relação aos públicos alvo. A difusão do arquivo não pode ser pautada por efemérides ou pelo calendário cívico-escolar, mas, ao contrário, é recomendável que o seu programa seja elaborado a partir da realidade interna dos trabalhos técnicos desenvolvidos na instituição, ainda que **em diálogo permanente com acontecimentos externos.** Organizou uma parte do acervo, então, aí está uma oportunidade de elaboração de produto de difusão. É possível aproveitar algum evento do calendário civil, então que o faça com inteligência, de forma que este não ofusque aquele.

<sup>6</sup> Considero bons exemplos as exposições virtuais acessíveis no sítio eletrônico do Arquivo Público do Estado de São Paulo: [http://200.144.6.120/exposicao\\_morgado/](http://200.144.6.120/exposicao_morgado/)  
[http://200.144.6.120/exposicao\\_julioprestes/](http://200.144.6.120/exposicao_julioprestes/). Sugiro, também visita à Revista do Arquivo: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/04/](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/)

<sup>7</sup> A esse respeito, recomendo a leitura da obra de KOYAMA (2015).

### Protagonismo nos eventos realizados

Nos eventos organizados pelo Arquivo os profissionais das áreas técnicas não podem se colocar em posição subordinada ou passiva, seja como meros expectadores ou apenas coordenadores de mesa. Parte-se do pressuposto de que se produz conhecimentos singulares no exercício da nossa missão de arquivistas que somos. Nos eventos promovidos pelo Arquivo deve-se favorecer a **troca interdisciplinar de conhecimentos**, afinal temos muito o que oferecer além de espaço físico e plateia a aplaudir. Profissionais de outras áreas já escutam com frequência os seus pares, mas quando ouvem os profissionais dos arquivos?

### Garantia do acesso e responsabilidade com a informação

No que diz respeito ao atendimento ao público e pesquisadores, a difusão deverá se pautar pelo pleno direito de acesso às informações sob sua custódia, buscando superar os obstáculos que dificultam a plena disponibilização das informações.

Entretanto, o direito de pleno acesso é constrangido por legislações restritivas que limitam a difusão mais ampla. Portanto, as atividades de difusão devem levar em conta o dever de respeito a informações que se referem à intimidade, direito autoral, direito de imagem e já é comum se falar em direito ao esquecimento.

### Visibilidade a todos os trabalhos técnicos

A difusão terá o compromisso de dar visibilidade a **todos os trabalhos técnicos** desenvolvidos na instituição.

### Sensibilização: equilíbrio entre discurso e sedução

A difusão tem que propor um discurso claro e envolvente, no limite do possível, sem prejuízo do discurso necessário à informação íntegra e integral. As funções e atividades de arquivo são complexas, em certa medida abstratas e muito distantes da realidade do cidadão. No entanto, deve-se evitar o discurso fácil com a justificativa da acessibilidade e da atratividade. O Arquivo não pode ceder a malabarismos e pirotécias que neguem a essência da sua identidade em prol de discursos supostamente mais palatáveis e sedutores. Ao se propor dialogar com o público escolar, evitar a linguagem de livro didático e não abrir mão das informações constantes do universo vocabular da área.

### Do tema ao arquivo (e vice-versa)

Normalmente, o público é atraído por temas que são do seu interesse ou lhe tocam. Ao se organizar eventos de difusão, é inevitável a montagem de um discurso, em geral tematizado, para se estabelecer o diálogo entre a instituição e o público. Ocorre que **o tema tem que levar ao arquivo e vice-versa**, para se realizar uma difusão eficiente. Isso é possível e altamente recomendável. É preciso ter criatividade e habilidade para essa tarefa.

### Respeito aos ritmos e especificações técnicas das áreas

A política de difusão no Arquivo tem que ser ancorada nos trabalhos técnicos das áreas e nunca descolada delas. **A autonomização dos trabalhos de difusão em relação ao ritmo e ao processo de produção técnica pode causar desvios graves à política de difusão.** A atividade de difusão, diferentemente das demais áreas técnicas (gestão, descrição, conservação, indexação etc.), é muito suscetível a abrigar um arco discursivo muitíssimo amplo, desde o *marketing* “selvagem” até ao mais elaborado discurso historiográfico. Responsável por parte da produção da imagem do Arquivo, a impressão que se tem é a de que nessa área pode-se tudo, até mesmo ignorar-se o saber fazer próprios dos arquivos em atividades de difusão.

As atividades de difusão são muito importantes aos arquivos, entretanto, com as estruturas exíguas que caracterizam essas instituições, **essas atividades de exteriorização tendem sempre a causar impacto nas áreas técnicas.** Visitas monitoradas, exposições, seminários tudo isso pode levar a interferências e interrupções em serviços técnicos.

Evitam-se esses perniciosos fenômenos se a difusão se posicionar colada e muito atenta ao que se passa no “chão” do arquivo, ali onde se desenvolvem as atividades que o sustentam.

### Segurança da informação e do patrimônio

As atividades de comunicação, divulgação e de acesso são tencionadas a promoverem a mais ampla difusão de documentos e informação. No entanto, muitas vezes, o olhar de quem realiza o tratamento técnico dos documentos é mais cioso com a exposição dos mesmos e sua irrestrita disponibilização. Os setores que cuidam da preservação dos documentos e da administração predial precisam ser consulados nos momentos de organização dos eventos.

Da mesma forma, todas as informações veiculadas nos eventos precisam ser auditadas, conferidas para que se preste um serviço de qualidade e precisão nas informações técnicas.

Essas são motivações a mais para o diálogo e emparelhamento da difusão com as áreas técnicas.

### O acervo em sentido amplo

Quais os contornos de um “acervo em fluxo” de um arquivo com atuação sistêmica? A partir dessa definição será construída a política de difusão do acervo arquivístico. Até muito recentemente (aqui no Brasil), os arquivos intermediários praticamente não existiam como possibilidade de serem acessados pelos cidadãos. Após a promulgação da lei de acesso à informação,<sup>8</sup> pesquisadores estão se dando conta de um manancial informativo inexplorado, mas passível de consulta. Quantos arquivos colocam na pauta da difusão essa parte do acervo sem a aparente sedução do documento denominado de “histórico” por jazer no arquivo permanente?

### Diálogo

Difusão é atividade transversal que permeia toda a estrutura institucional (ou, assim deve ser). Por este motivo ela assume responsabilidade estratégica para a promoção do diálogo interno e também com outras instituições.

### **Conclusão**

Ao delinear essas balizas condicionantes para o desenvolvimento de atividades de difusão em arquivos, proponho o diálogo crítico com determinadas **práticas de difusão descoladas** das atividades e produtos resultantes das áreas técnicas do arquivo. Práticas de difusão baseadas na construção de discursos historiográficos, na produção de esquemas de aulas de história com o intuito de “colaboração da melhoria de ensino” etc. Muitos são os autores que defendem essa perspectiva<sup>9</sup>.

Sua função [da difusão] é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende (Barbosa & Silva, 2012).

Não é função dos arquivos “transformar o documento bruto (!!!) em pesquisa”, nem “sugerir interpretação das fontes” ou “produzir leituras da história”.

Aos arquivos cabe a obrigação fundamental de organizar, preservar e disponibilizar informações contidas em documentos típicos dessas instituições. Os arquivos dispõem de fragmentos de informações arquivísticas (às vezes, caóticos) que podem se tornar objetos para a produção de histórias e de memórias ao gosto do usuário. A produção da história e de memórias faz parte das

---

<sup>8</sup> Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

<sup>9</sup> Ver também Ribeiro & Torres (2012).

atividades arquivísticas, mas de modo muito peculiar, principalmente quando da necessidade de reconstrução de trajetórias de titulares de fundos e coleções e, claro, nas inevitáveis reconstruções dos contextos históricos que envolvem objetos de difusão etc. Para além dos ofícios típicos desenvolvidos para a organização e disponibilização da informação arquivística, devem entrar em cena cientistas e artesãos de outras áreas do conhecimento que produzirão os mais variados discursos a partir dos dados e informações utilizados como fontes.

Os serviços de difusão dos arquivos têm compromisso primeiro o de disseminar o conhecimento singular e específico produzidos na instituição e na sua área de conhecimento. Se não o fizerem, quem o fará? A difusão deve estar focada nas atividades finalísticas da instituição, quais sejam, aquelas pertinentes à preservação do acervo, à gestão documental e ao acesso às informações. Interpretar e construir conhecimentos a partir das informações/documentos de arquivo, não é atividade típica ou finalística dos profissionais dos arquivos, ainda que isso possa ser realizado, havendo recursos e sem prejuízo dos trabalhos essenciais.

## Bibliografia citada

Aldabalde, T.V & Rodrigues, G.M. (2015). Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. *Revista TransInformação*, pp.255-264.

Barbosa, A.C.O & Silva, H.R.K. da (2012). Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 25, (1), pp. 45-66.

Bellotto, H.L. (2007). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Bellotto, H.L (2015). Arquivística, archivos y documentos. In *Archivos & documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP).Brasil, Arquivo Nacional (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Brasil, Arquivo Nacional (2012). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1.

Camargo, A. M. A. & Bellotto, H.L (2005). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Camargo, A. M. A. & Goulart, S. (2015). *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc.

Cunha, M.B. da & Cavalcanti, C.R.B. de O. (2008). *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, Editora Briquet de Lemos.

Ferreira, L.E. & Almeida Jr., O.F. de. (2013). A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 18 (1), p.158-167.

Koyama, A. C. (2015). Arquivos online: ação educativa no universo virtual. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Rockembach, Moisés (2015). Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, 4 (1) p. 98-118.

Ribeiro, R.R & Torres, M.C. (2012). Diálogo com a educação patrimonial e o ensino de História em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 25 (1), p. 67-88.

Smit, J. W. (2003). Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. *Informação & Informação*, Londrina, 8 (1).